

Relato de experiência

## **Curso de mestrado profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais: um desafio na educação transformadora**

*Professional masters program Work, Health, Environment and Social Movements: a challenge in transforming education*

*Curso de maestría profesional Trabajo, Salud, Ambiente y Movimientos Sociales: un desafío en la educación transformadora*

Ary Carvalho de MIRANDA<sup>1</sup>

Isabel Brasil PEREIRA<sup>2</sup>

Marcelo Firpo PORTO<sup>3</sup>

Nivia Regina da SILVA<sup>4</sup>

Virginia FONTES<sup>5</sup>

### **RESUMO**

Este artigo apresenta as origens, o contexto, os objetivos e as bases teórico-pedagógicas do curso de mestrado profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Trata-se de uma proposta inovadora de formação para educandos ligados à reforma agrária e aos movimentos sociais do campo com a finalidade de enfrentar, no âmbito técnico-científico, dois importantes desafios. De um lado, os colocados pela Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, do Ministério da Saúde; e, de outro, pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. A proposta do curso foi iniciada em 2012; o processo de seleção e o início das aulas foram concretizados no primeiro semestre de 2014. Mais do que um processo de capacitação, a proposta inova por seu compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Trabalha a partir de processos político-pedagógicos nos quais os temas e políticas de saúde, trabalho e ambiente emergem em sua articulação com a reforma agrária, a agroecologia, a segurança e soberania alimentar.

**Palavras-chave:** mestrado; educação do campo; movimentos sociais; saúde e ambiente;

1 Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP/FIOCRUZ.

2 Pesquisador do Laboratório de Educação Profissional e Técnicas Laboratoriais em Saúde (Latec)- EPSJV-Fiocruz, Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBEF- UERJ

3 Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP/FIOCRUZ

4 Agrônoma e Mestre em Agroecologia. Integra a Equipe Pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes.

5 Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/FIOCRUZ, Professora da Pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense.

## **ABSTRACT**

This article presents the origins, context, objectives, theoretical and pedagogical foundations of the professional master course in Work, Health, Environment and Social Movements developed by the National School of Public Health, Oswaldo Cruz Foundation. This is an innovative proposal for training students linked to the agrarian reform and rural social movements in order to face two important technical and scientific challenges. On one hand, those placed by the National Policy for Integrated Health of Rural and Forest Populations from the Ministry of Health; and on the other hand those placed by the Campaign Against Pesticides and for Life. The purpose of the course was started in 2012. Its selection process and the first stage of classes were implemented in the first half of 2014. More than a training process, the course innovates for its commitment to strengthening the family and peasant agriculture, with political and pedagogical processes in which the themes and policies of workers and of environmental health emerge in their articulation with land reform, agro-ecology, food security and sovereignty.

**Keywords:** master course; rural education; social movements; health and environment; agroecology.

## **RESUMEN**

En este artículo se presenta el origen, el contexto, los objetivos y los fundamentos teóricos y pedagógicos del curso máster profesional en Trabajo, Salud, Medio Ambiente y Movimiento Social desarrollado por la Escuela Nacional de Salud Pública de la Fundación Oswaldo Cruz. Se trata de una propuesta innovadora para la formación de estudiantes vinculados a la reforma agraria y a los movimientos sociales rurales con el fin de enfrentar dos retos importantes en el contexto técnico y científico. Por un lado, se coloca la Política Nacional de Salud Integral de las Poblaciones Rurales y de los Bosques, del Ministerio de Salud; y otro por la Campaña Contra los Agrotóxicos y por la Vida. El curso fue iniciado en 2012; el proceso de selección y el inicio de clases fueron implementadas en el primer semestre de 2014. Más que un proceso de formación, la innovación de la propuesta ocurre por su compromiso con el fortalecimiento de la agricultura familiar y campesina, en los cuales los procesos de política y enseñanza sobre los temas y las políticas de salud, trabajo y medio ambiente emergen en su articulación con la reforma agraria, la agroecología, la seguridad y soberanía alimentaria.

**Palabras clave:** Máster; educación del campo; los movimientos sociales; salud y medio ambiente; agroecología.

## INTRODUÇÃO

### Origem e contexto

O curso de mestrado profissional em *Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais* para a formação de profissionais que trabalham no campo, nas práticas de pesquisa e educação, nas áreas de Trabalho, Saúde e Ambiente, ocorre no contexto de precariedade da educação no meio rural brasileiro, amplamente reconhecida: as escolas rurais são mais precárias em termos de infraestrutura; a população rural tem, em geral, menos anos de estudo que a urbana e o analfabetismo é maior no campo que na cidade. Enfim, são muitos os dados quantitativos e as informações qualitativas que evidenciam essa precariedade. As mazelas provocadas na saúde do trabalhador pelo desenvolvimento da modernização conservadora do capitalismo precisam ser estudadas, assim como as formas de produção de saúde inseridas na cultura e na agricultura camponesa. Isto nos dá a dimensão da relevância de formar em nível de mestrado profissional e de qualificar, para suas ações, os profissionais que atuam nos territórios da reforma agrária, assim como aqueles vinculados ao Sistema Único de Saúde e comprometidos com essa luta.

A precariedade da educação do meio rural brasileiro insere-se no contexto socioeconômico da ordem internacional, marcada pela expansão desigual e combinada do capitalismo, que ainda se aprofunda no terreno socioambiental, principalmente nos países do Sul, aos quais são reservadas a produção de commodities agrícolas e minerais, cujos processos produtivos são geradores de maior impacto socioambiental. O modelo agroexportador vigente no Brasil impõe a mecanização da produção, intenso desmatamento, monoculturas, a utilização de fertilizantes químicos artificiais e culmina com a aplicação de agrotóxicos de forma intensiva e extensiva, expulsando populações de territórios, desrespeitando culturas e conhecimentos que não sejam atrelados a certa ciência subordinada aos interesses do capital. No entanto, há de se entender a ciência e a produção de tecnologias como campo de disputa entre projetos distintos de saúde pública, um deles calcado na proposta germinal da saúde coletiva em torno da determinação social dos processos saúde/doença e da luta contra as iniquidades em saúde; e outro pautado por uma visão individualista e funcionalista. No lastro ideológico desse projeto técnico-científico na área de Saúde e Ambiente, está o desenvolvimento intelectual das pessoas, sob a característica teleológica do ser humano. Ou seja, a mobilização de suas capacidades cognitivas motivadas por intenções concretas determinadas sóciohistoricamente. É nesse sentido que, para além de aprender ciência, é preciso formar as pessoas para construir conhecimentos científicos, compreender e transformar o mundo em que se vive.

Ademais, a luta pela reforma agrária trouxe para o campo a materialidade dos assentamentos. Com eles, a necessidade de escolas em todos os níveis e de ações na saúde. É necessário que se formem profissionais com capacidade técnica e científica comprometidos com uma luta mais ampla: pela transformação das condições de vida no campo e na sociedade como um todo, cuja construção seja feita com a participação ativa dos sujeitos que com ela estão envolvidos.

No âmbito da Saúde, os movimentos sociais do campo assumiram como projeto político a reafirmação e a internalização dos princípios da equidade, integralidade e da universalidade como fundamentais para a garantia de uma atenção de saúde digna. A saúde emergiu, nesses movimentos, como direito de todo cidadão brasileiro e como fomentadora dos princípios de luta pela valorização da vida, pelo acesso ao conhecimento e à informação, pelo respeito às diferenças culturais, pelo fortalecimento das práticas não convencionais de saúde e pela compreensão da saúde como conquista popular.

Como consequência desse processo, nos últimos anos várias experiências de formação têm sido construídas envolvendo instituições da saúde coletiva e militantes dos movimentos sociais do campo e das cidades, fornecendo importante lastro de experiências e avanços em termos conceituais, metodológicos e pedagógicos<sup>1</sup>.

Nos últimos anos, dois processos devem ser destacados sobre movimentos sociais do campo e a saúde coletiva. O primeiro foi a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), pela Secretaria de Gestão Participativa (SEGEP) do Ministério da Saúde, com a ativa participação dos movimentos sociais<sup>2</sup>. A população do campo e da floresta é formada por povos e comunidades que têm seus modos de vida relacionados predominantemente com o campo, à floresta, aos ambientes aquáticos, à agropecuária e ao extrativismo. Destacam-se os variados tipos de trabalhadores rurais, os camponeses, os agricultores familiares, os trabalhadores rurais assentados, acampados, assalariados e temporários, que residam ou não no campo; comunidades remanescentes de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens e outras comunidades tradicionais. Somadas, essas populações representam quase 30 milhões de pessoas que estão na área rural, ou seja, 15,6% da população brasileira segundo o último censo de 2010. Tendo em vista esta realidade e contextos diversos vividos no campo e na floresta, uma das estratégias para ampliar a participação e qualificar a luta social em todo o Brasil tem sido assegurar a formação e a qualificação dos atuais e de novos agentes/atores políticos, organizativos e educacionais para que a política pública e universal de saúde seja uma realidade cada vez mais presente em nosso país e que o serviço seja cada vez mais eficaz e eficiente.

O outro processo foi a criação, em 2011, da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, com o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam<sup>3</sup>. Desde 2008 o Brasil assumiu a triste liderança como maior consumidor de agrotóxicos do planeta, o que está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento agrícola do país nas últimas décadas e é reforçado pela inserção brasileira no mercado internacional do capitalismo globalizado como um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas. Portanto, a luta contra os agrotóxicos envolve a compreensão e o enfrentamento do agronegócio, um modelo de produção que concentra a terra e utiliza altas quantidades de venenos para garantir a produção em escala industrial.

A campanha nasceu como um esforço coletivo assumido por um conjunto de diversas organizações

e pessoas visando a combater a utilização de agrotóxicos e a ação de suas empresas (produtoras e comercializadoras), explicitando as contradições geradas pelo modelo de produção imposto pelo agronegócio. São dezenas de movimentos sociais e redes; escolas, universidades e instituições de pesquisa; movimento sindical e entidades de classe; ONGs, assessorias, associações, cooperativas; movimento estudantil e mandatos de diversos representantes do Legislativo. No campo específico da Saúde destacam-se instituições como a ABRASCO, a FIOCRUZ e o Instituto Nacional do Câncer (INCa). Trata-se, portanto, de uma ampla articulação e mobilização social que possui na questão saúde um elemento central. Entre os principais objetivos da campanha, destacam-se: construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos à saúde dos trabalhadores rurais, dos consumidores e ao meio ambiente; criar um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção alimentos saudáveis que respeite ao meio ambiente; denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos; criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais; pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola rumo a uma agricultura camponesa e agroecológica.

Este mestrado, voltado aos movimentos sociais do campo, relaciona a produção de estudos e investigações sobre Saúde e Ambiente à Saúde do Trabalhador. Ao observarmos o estado da arte nesta área de conhecimento, se evidencia a escassez da produção de conhecimento em saúde a partir da realidade do campo e a debilidade da formação de profissionais de saúde aptos, técnica e politicamente, para intervir nessa realidade. Por seu turno, a luta pela reforma agrária trouxe para o campo a materialidade dos assentamentos. Com eles, a necessidade de escolas e de ações na saúde e a constatação das inúmeras dificuldades para sua concretização. É necessário que se formem profissionais com capacidade técnica e científica comprometidos com uma luta mais ampla: pela transformação das condições de vida no campo e na sociedade como um todo, cuja construção seja feita com a participação ativa dos sujeitos que com ela estão envolvidos.

### **O contexto institucional e objetivos do curso**

A execução deste curso de mestrado profissional, com abrangência nacional, inova ao articular a cooperação entre os movimentos sociais do campo e setores do Estado comprometidos com suas lutas, por meio da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, ambas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e da Secretaria de Gestão Participativa (SEGEP) do Ministério da Saúde (MS), reafirmando uma decisão política de ampliar a oferta da formação acadêmica, legitimando o compromisso social e ético que toda gestão pública deve trazer para a esfera de sua responsabilidade.

No que diz respeito à Fiocruz, importa destacar que a ENSP é uma escola que há quase 60 anos vem atuando na formação de profissionais para a saúde pública. Atualmente tem em seus quadros

mais de 1400 trabalhadores (entre servidores, terceirizados, bolsistas, pesquisadores e estagiários), dos quais mais de 230 doutores, atuantes em diversas áreas do conhecimento. Já formou mais de 1000 mestres e mais de 300 doutores, brasileiros e estrangeiros. Tem importante experiência na oferta de doutorados e mestrados acadêmicos, assim como mestrados profissionalizantes e cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização presenciais e à distância, que titulam mais de 500 alunos por ano, em diversas áreas da saúde pública. Ao envolver diretamente os movimentos sociais em sua consecução, este mestrado profissional crava um passo institucional diferenciado na direção da chamada reforma sanitária brasileira, cujo compromisso insere-se nos avanços necessários para a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) universal, equitativo e com participação social, assim como no enfrentamento dos problemas socioeconômicos inseridos na determinação da saúde das populações. Somam-se a esse esforço o apoio da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, da Fiocruz, como também as parcerias entre unidades da própria Fiocruz, em destaque para a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), assim como instituições públicas de ensino e pesquisa, em âmbito nacional.

Quanto à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), situada em Guararema (a 70 km de São Paulo), cabe destacar que foi construída entre os anos 2000 e 2005 com o trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores sem-terra e simpatizantes. Só nos cinco primeiros anos de sua existência, passaram pela escola 16 mil militantes sociais do Brasil, da América Latina e da África. O principal objetivo da ENFF, dentre outros, é contribuir na formação da população do campo, buscando formas de garantir o acesso ao processo de escolarização. A ENFF leva em conta as especificidades da realidade do campo e a necessidade de qualificar a atuação dos sujeitos sociais do campo a partir do conhecimento crítico e da análise da dinâmica social atual, produzindo ciência e conhecimento para mudar essa realidade.

A ENFF possui diversas parcerias com instituições de ensino em todo o país, que nascem das reivindicações dos movimentos sociais do campo, com cursos de nível médio, superior e pós-graduação ministrados por mais de 500 professores, nas diversas áreas do conhecimento como Filosofia, Sociologia Rural, História Social do Brasil, Geografia, Administração e Gestão Social, Educação do Campo, dentre muitos outros. Este curso de mestrado com a ENSP é mais um passo neste processo de parceria.

No âmbito da SEGEP, que provê o apoio financeiro ao curso, esta cooperação insere-se no escopo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, elaborada pelo Grupo da Terra, instância instituída pela SEGEP e composta por representantes de órgãos governamentais e movimentos sociais que tem como objetivos centrais a melhoria do “nível de saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida”<sup>22</sup>.

Lastreado nesta articulação, o curso busca qualificar profissionais graduados que atuam na educação do campo, na saúde e nas ciências agrárias, em áreas de reforma agrária e em comunidades camponesas, em nível de mestrado profissional, com vistas à consolidação de conhecimentos acerca do método, da teoria crítica e do desenvolvimento de investigações na área Trabalho, Saúde e Ambiente e Movimentos Sociais. Sob este objetivo geral, constroem-se objetivos específicos, quais sejam: 1 - Produzir conhecimento acerca de temas, problemas e questões no campo da saúde ambiental. Há que se ressaltar políticas e ações governamentais e de grupos que refletem a vida cotidiana dos assentamentos, assim como saberes e tecnologias desenvolvidos pelos trabalhadores do campo; 2 - Qualificar profissionais que atuam em diversos setores no campo, ou em assentamentos de reforma agrária, para aprofundar suas práticas, concepções teóricas e metodológicas na área Saúde e Ambiente; 3 - Aprofundar os conhecimentos acerca do método e do pensamento crítico na relação Trabalho, Saúde e Ambiente, desenvolvendo a capacidade de compreensão da realidade; 4 - Aprofundar o processo de produção e socialização do conhecimento, dialogando com as práticas agroecológicas, desenvolvidas pelos diferentes movimentos sociais do campo, voltadas à construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, de produção de conhecimento e tecnologia e sua relação com a cidade; 5 - Analisar o papel do trabalho na construção da sociabilidade contemporânea, na organização do conjunto da vida social e das classes sociais, relacionando-o com a problemática da Saúde e Ambiente; 6 - Discutir e aprofundar os conhecimentos em torno da relação entre trabalho, saúde e movimentos sociais e estabelecer diálogos com as concepções de educação e de saúde formuladas por movimentos sociais do campo, que entendem o movimento como princípio educativo e 7 - Conhecer e debater os impactos dos agrotóxicos na saúde do território (dos seres humanos e demais componentes da natureza).

### **Pressupostos teóricos que fundamentam a concepção pedagógica do curso**

Como ponto de partida, a proposta educativa deste curso partilha do entendimento da educação do campo como processo e resultado das contradições e conflitos em que está envolvida. Considera, pois, a educação como prática social refletida pelo movimento de trabalhadores e como projeto de sociedade, voltada à emancipação contra as diversas formas de exploração e espoliação dos trabalhadores. Fazendo coro com as formulações de Caldart (2009)<sup>4</sup>, a educação do campo

*(...) não é Educação rural, com todas as implicações e desdobramentos disso em relação a paradigmas que não dizem respeito e nem se definem somente no âmbito da educação. A Educação do Campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas': movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas.*

Engendradora na luta dos trabalhadores do campo, a educação do campo disputa no cenário das políticas públicas concepções e práticas educativas, em que estão inseridas as instituições educativas em todos os níveis, e estimula a relação dessa instituição social com outros espaços educativos. O território, constituído pelo assentamento, é espaço educativo, quer seja na formação política, na identidade do sem-terra, quer para desenvolvimento de práticas curriculares, materializando o que se poderia chamar de uma “pedagogia do movimento”, sendo o território um conceito central neste processo.

Do ponto de vista formal a proposta da educação do campo nasceu em 1997 no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) e teve como momentos fundamentais a 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998, e a 2ª Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, em 2004. Ele é o resultado de uma longa construção histórica anterior, associada às reivindicações dos movimentos sociais rurais no campo da educação. Eram inicialmente centradas apenas na exigência da instalação de escolas no meio rural, contudo, foram se transformando à medida que se percebia a importância de uma pedagogia voltada para a valorização da vida, da cultura e da luta cotidiana dos trabalhadores rurais e do acesso aos diferentes níveis do conhecimento.

Este mestrado desvincula-se do formato de uma educação tradicional rural que nega os valores e as práticas camponesas e busca preparar os trabalhadores rurais para a migração para as cidades ou a subordinação ao capital no campo. Por sua vez, *A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino*<sup>5</sup>. Ou seja, a educação do campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina latifúndio e agronegócio com a espoliação e negação do campesinato. Assim, está diretamente associada às lutas camponesas e busca contribuir diretamente para a organização e a mobilização dos camponeses em movimentos sociais.

O vínculo da educação do campo com os movimentos sociais aponta, além disso, para algumas dimensões da formação humana que não podem ser esquecidas no nosso projeto político e pedagógico: precisamos ajudar a educar não apenas trabalhadores do campo, mas também lutadores sociais, militantes de causas coletivas e cultivadores de utopias sociais libertárias<sup>5</sup>. Adotamos, portanto uma prática de reinvenção social que tem como elemento balizador a formação humana integral, em contraposição a uma educação rural balizada pelo mercado. Como se observa, os movimentos sociais do campo vêm desenvolvendo, nas últimas décadas, uma série de experiências, projetos e debates que se somam na perspectiva da construção de uma nova concepção de educação que contribua para a transformação da realidade do campo brasileiro e do próprio país como um todo. Neste sentido, o curso de mestrado se abre para uma rica troca de experiências.

Outro pressuposto fundamental é a defesa da superação da antinomia rural e urbano, segundo a qual o urbano é associado a progresso e rural a atraso, além do enorme desafio de projetar esta

experiência para o conjunto da *educação nacional*. Por fim, entendemos que o mestrado – assim como a escola – deve ser o espaço da vivência das relações sociais, do cultivo de identidades e da construção de uma visão de mundo que enfatize a dimensão coletiva da vida. Embora o debate sobre a educação do campo tenha sido pautado pelos movimentos sociais do campo, ela deve ser uma responsabilidade do Estado, cabendo aos movimentos sociais pressionar nessa direção. Reconhecida no terreno dos direitos universais, de todo ser humano, e assumida como dever do Estado, a educação dos diversos povos do campo poderá ser construída em novas bases<sup>6</sup>.

Nosso projeto de mestrado assume um caráter emancipatório e contra hegemônico, tendo como premissa que, para o pensamento crítico sobre a Saúde, a Educação e o Ambiente, a questão do sentido social e histórico da vida é central. Desde Marx, passando por todos os ramos da teoria crítica, sabemos que o mundo da linguagem, dos sentidos e representações sociais nunca é neutro, transparente, diretamente acessível à consciência de maneira imediata. Ou seja, toda representação ou sentido social passa necessariamente pela ideologia. Cabe ao educador fazer a crítica da ideologia, relacionando-a, de forma dialética, aos sentidos, às representações e suas estruturas formais.

A respeito da noção de conhecimento e de ciência que estão em disputa na área da Saúde e Ambiente, a concepção deste curso entende a ciência moderna como inseparável do domínio do capital, e a produção de uma ciência emancipada exige sua superação. Não se trata de condenar toda a técnica, todo o conhecimento científico e o conseqüente aprimoramento tecnológico. Porém, a partir da crítica da intrínseca relação entre capital e ciência, podemos elaborar uma abordagem dialética que permita vislumbrar as contradições neste processo, no qual o pensamento crítico subverte e libere o conhecimento das amarras do capital. Não devemos esquecer as possibilidades de um conhecimento que reinvente suas origens, voltado para a emancipação humana, para livrar a humanidade do medo e da ignorância, para relacionar-se de maneira construtiva com a natureza, pensar a organização da sociedade e produzir tecnologias capazes de aliviar os sofrimentos humanos.

A concepção orientadora sobre a produção de conhecimento adotada neste curso inscreve a ciência, como postula Marx, na história, ao afirmar que o ser concreto das relações sociais é a base na qual pode germinar o pensamento. Como fruto do pensamento crítico, coube ao século XX a denúncia da neutralidade que a ciência reivindicara, pela autoridade de uma essência imutável, de Deus, da Natureza, das leis de evolução ou, até mesmo, de uma cientificidade linear da história.

### **A organização do curso e seus pressupostos**

A estrutura e o funcionamento do curso terá como base a pedagogia da alternância, visto que garante a participação dos assentados da reforma agrária, bem como a construção de processos de formação em que a teoria se constrói como elaboração do real, da materialidade das relações sociais e da historicidade dos conflitos da sua comunidade e do mundo. Esta pedagogia é constituída por etapas divididas em tempo escola e tempo comunidade. Eles aliam-se, potencializando a relação teoria e práxis, os estudos de realidade e o colocar-se do sujeito histórico no mundo. Em ambos os

tempos serão realizados ensino, pesquisa e práticas pedagógicas diversas.

A pedagogia da alternância não se resume a um método de ensino e tampouco é uma teoria desenvolvida por estudiosos da academia universitária. A sua gênese está relacionada diretamente às necessidades de promover maior articulação entre a teoria e a prática, alternando os tempos e os espaços entre a escola e a comunidade local, assentamento, acampamento ou movimento social aos quais os educandos estão vinculados. A ideia de alternância converte-se em uma estratégia de escolarização que possibilita àqueles que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e as tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do campo.

Nas etapas de *tempo escola* os estudantes permanecem em instituições de ensino, no caso a ENSP, nas quais têm a oportunidade de estabelecer uma relação de diálogo direta com os professores e com os conteúdos teóricos previstos em sua grade curricular. Neste momento, os professores buscam estimular a discussão teórica estabelecendo nexos com as diferentes realidades vividas pelos estudantes, a fim de promover reflexões sobre as questões relevantes, capacitando-os para uma intervenção transformadora. No *tempo comunidade*, os alunos retornam às suas respectivas comunidades, a fim de realizar um conjunto de tarefas que foram delegadas pelos professores ou orientadores.

Como se trata de uma turma de âmbito nacional, os tempos escola serão realizados no Rio de Janeiro, onde se localiza a ENSP. O tempo comunidade se realizará nos assentamentos, nas comunidades camponesas e nas instituições de origem dos educandos, cujos estudos deverão ser aprofundados pelas leituras, fichamento de textos, levantamento de dados e elaboração de trabalhos, relacionando as atividades do trabalho de campo com aquelas desenvolvidas nos tempos escola.

O segundo princípio orientador do presente curso de mestrado está pautado pela construção de uma relação orgânica entre a teoria e a prática, de tal modo que os processos educativos diferenciem-se das práticas pedagógicas convencionais, nas quais as universidades e as escolas são consideradas como centros exclusivos de produção, sistematização e difusão do conhecimento. Para tanto, utilizamos referenciais teóricos e metodológicos nos quais a prática social seja um dos pontos de partida no processo de construção do conhecimento, de tal modo que os conhecimentos dos estudantes e das comunidades com as quais estes interagem sejam levados em consideração, mediante o estabelecimento de uma relação de diálogo entre sujeitos. Ao mesmo tempo, tal princípio orientador leva em conta a urgência da socialização do conhecimento, em boa medida ‘acumulado’ nas universidades e instituições públicas, mas às quais em geral os trabalhadores rurais sem terra não tem acesso. É, pois, na tensão dialógica entre a importância da socialização do conhecimento e os conhecimentos adquiridos na prática tanto da produção, quanto da luta social, que o curso se implanta.

O terceiro princípio orientador remete à necessidade de articular a pesquisa e o trabalho nas áreas

rurais como partes constituintes e indissolúveis do processo educativo. Desse modo, a pesquisa não ocorrerá apenas no momento de realização da dissertação, mas permeia todas as etapas previstas no curso de mestrado. Isso implica que as aulas e demais atividades nos tempos escola combinam reflexões coletivas a partir de estudos em grupo ou individualmente. Ademais, durante o tempo escola, os estudantes têm a oportunidade de discutir com seus orientadores as abordagens teóricas e os procedimentos metodológicos mais adequados utilizados no tempo comunidade.

Por fim, o presente curso tem como princípio orientador a construção do diálogo interdisciplinar entre estudante e docentes, tendo como referência os problemas identificados na realidade social dos assentamentos e comunidades camponesas. A interdisciplinaridade não é tratada aqui como uma junção mecânica de disciplinas e conteúdos, mas considerando a sua articulação com a realidade ou a prática social das áreas de reforma agrária e agricultura camponesa, em especial, e com o conjunto dos trabalhadores, no plano mais geral. Sob este aspecto entendemos que as perspectivas teóricas adotadas oferecem alternativas metodológicas para a promoção de uma aprendizagem global, não fragmentada. Tal aprendizagem se viabiliza mediante a disponibilização de metodologias de pesquisa e investigação que privilegiam o estudo da realidade social, de suas contradições e possibilidades de intervenção transformadora.

### **Um mestrado de âmbito nacional e seus desafios**

A seleção dos estudantes se deu por meio de Edital Público, obedecendo aos critérios para ingresso no mestrado profissional em consonância com as normas da CAPES e do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da ENSP. Foram abertas 30 vagas. O processo de seleção constou de prova de conhecimentos específicos, prova de inglês, análise da carta de intenção, análise do *curriculum vitae* e da proposta preliminar de pesquisa. Participaram do processo de seleção 38 candidatos e 28 foram aprovados. Todos os 28 aprovados efetuaram a matrícula, compondo, assim, a turma ora em curso. São profissionais graduados e conectados com os movimentos sociais do campo, especialmente da reforma agrária e da agricultura camponesa que atuam na Saúde, nas Ciências Agrárias e na Educação do Campo, assim como vinculados ao SUS, provenientes de 16 estados do país. Inserem-se no Movimento Sem Terra, Consulta Popular, Movimento Atingidos por Barragens, Campanha Nacional contra Agrotóxicos, Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde.

O curso terá a duração de 24 meses, com carga horária de 1440 horas, sendo 750 horas-aulas de tempo escola, 150 horas-aulas de tempo comunidade e 540 horas-aulas para a dissertação. Os tempos escola estão distribuídos em 5 etapas. Dessas 5 etapas, as três primeiras são referentes às disciplinas, todas obrigatórias, e têm a duração de cinco semanas cada, com aulas de segunda-feira a sábado, pela manhã e à tarde. O quarto tempo escola será para a qualificação do projeto, que ocorrerá um ano após o início do curso, e o quinto para a defesa da dissertação, que ocorrerá ao final do segundo ano do curso, para obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública, a ser certificado pela Escola Nacional de Saúde Pública.

### **Estrutura organizativa**

O curso conta com uma equipe de professores/orientadores e profissionais de apoio técnico e pedagógico pertencentes a diversas unidades da Fiocruz, como a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM), bem como profissionais de outras instituições públicas de ensino e pesquisa afins com a sua proposta, assim como professores da Escola Nacional Florestan Fernandes e do Instituto de Educação Josué de Castro. Destaca-se a participação de docentes com atuação em diversos movimentos sociais de defesa da saúde e da educação públicas, da reforma agrária e na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, bem como profissionais envolvidos na fundamentação teórico-metodológica do desenvolvimento da agroecologia no Brasil.

Além dos professores e orientadores, os monitores compõem a equipe pedagógica, participando de reuniões de planejamento do curso, acompanhando as atividades durante o tempo escola e durante o tempo comunidade, auxiliando, assim, a coordenação pedagógica no encaminhamento das demandas dos estudantes para os docentes.

A estrutura do curso define instâncias da coordenação docente e da coordenação discente, com objetivo de estabelecer uma dinâmica que permita a integração permanente e organizada entre educandos e educadores, para decisões inerentes a todas as questões do curso, sejam as pedagógicas ou aquelas relativas à convivência social dos educandos. Tais inovações organizacionais do curso imprimem uma dinâmica coletiva e orgânica que se diferencia da lógica acadêmica individualizante dos cursos acadêmicos centrada na figura nos professores e orientadores como condutores exclusivos das ações dentro de sala de aula.

Trata-se, portanto, de um enorme desafio colocado diante do universo de questões que envolvem a determinação social da saúde/doença das diversas populações do campo, num contexto de múltiplos conflitos decorrentes do modelo de exploração dos recursos naturais e das populações camponesas, impostos pela ordem socioeconômica internacional do capitalismo e da inserção do Brasil nesse contexto.

O conjunto das disciplinas que compõe o curso responde a três blocos de abordagem, quais sejam: Estudo da sociedade, modelo de desenvolvimento e bases teóricas de análise e pesquisa; Bases conceituais, teóricas e metodológicas de Saúde, Trabalho e Ambiente e Análise e formulação de estratégias para intervenção. O primeiro bloco inclui as disciplinas *Estado, Sociedade e Políticas Públicas; Formação Econômica e Social do Brasil e a Questão Agrária; Trabalho, Ciência e Sociedade*. O segundo bloco possui duas disciplinas: *Território, Saúde, Trabalho e Ambiente; e Ferramentas e Métodos em Saúde, Trabalho e Ambiente*. Finalmente, o terceiro bloco se concentra na disciplina *Agroecologia, Território e Promoção da Saúde*. Além disso, existem duas disciplinas de metodologia da pesquisa que servem de base para a fundamentação do trabalho científico voltado

à construção da dissertação de mestrado.

Eis, pois um curso novo: o mestrado profissional Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais (TSAMS). Calcado em sólida experiência docente e em longas lutas pelo direito à Educação dos povos do campo, neste curso procuramos consolidar a produção de conhecimento para enfrentar os problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento socioeconômico, que tem um de seus pilares na revolução verde no campo brasileiro, no uso intensivo e extensivo de agrotóxicos que envenenam tanto os trabalhadores locais quanto os consumidores à distância, que poluem rios, devastam matas e florestas, que desalojam povos e eliminam culturas. Vida e saúde – exigência de reflexão urgente, de produção de conhecimento, de compartilhamento de experiências. O desafio é enorme. Tanto melhor.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- BURIGO, A. C., CARNEIRO, F. F., DE OLIVEIRA ROCHA, A. C., & BUFFON, N. M. Relato da experiência do mapeamento de riscos sócio-ambientais e de promoção da saúde ambiental com estudantes do MST. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 3(4), 144-148, 2009.
- 2- MINISTÉRIO da SAÚDE, Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e das Florestas. Brasília, DF, 2013. In: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id\\_area=1049](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1049).
- 3- RIGOTTO, R. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe, CE. In: *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe*, CE. Edições UFC, 2011.
- 4- CALDART, R. S. . Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, educação e saúde* (Online), v. 7, p. 35-64, 2009.
- 5- CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. A. (orgs.) *Por Uma Educação do Campo* Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.
- 6- ARROYO, M. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. A. (orgs) *Por Uma Educação do Campo* 5. Brasília, Articulação Nacional por uma Educação do Campo. 2004.